

PELAS TRILHAS DA HISTÓRIA: MEDICINA HIGIENISTA COMO INDÍCIO DO SURGIMENTO DA PEDAGOGIA HOSPITALAR

Carla Daniela Khon*
Myrian S. de Moraes**

Resumo

Este trabalho trata dos indícios da Pedagogia Hospitalar no contexto brasileiro. Percebe-se que, desde o final do Brasil Império, já havia uma grande preocupação com a higiene, visto ser ela uma das vertentes para a modernização. A ligação da Medicina Higienista com a educação possibilitou avanços para a nação graças ao trabalho realizado de combate às doenças geradas pela falta de higiene. Assim, este trabalho tem como objetivos apresentar a importância da Medicina Higienista na República, retomando alguns acontecimentos do Império, e identificar o contexto da história do Brasil junto ao primeiro atendimento pedagógico no hospital. A metodologia será uma pesquisa com base em uma revisão de literatura. Alguns resultados foram encontrados. Um deles foi que a Medicina Higienista favoreceu a modernização do Brasil desde a sua Monarquia até chegar à República, auxiliando no processo de urbanização e de civilidade.

Palavras-chave: Civilização. França. Medicina Higienista. Pedagogia Hospitalar

Abstract

This work deals with the evidence of Pedagogy in the Brazilian Hospital. It is noticed that, since the end of Brazil Empire, had a great concern with hygiene as it is one of the strands to modernization. The connection with the medical hygienist education possible for the nation advances through the work of combating diseases of poor hygiene. Thus, this study aims to present the importance Medicine Hygienist resuming some events in the Republic of the Empire, and identify the context of Brazil's history with the first medical teaching hospital. The methodology is based on a survey in a literature review and iconographic research. Some results were found. One was that medicine Hygienist favored the modernization of Brazil since its monarchy until the Commonwealth, aiding in the process of urbanization and civilization.

Keywords: Civilization. France. Hygienist Medicine. Teaching Hospital

*Doutoranda em Educação – UFBA

**Mestranda em Educação - UFS

Introdução

Para realizar este estudo, optamos pelo aprofundamento no período da República – remetendo-nos a alguns fatos que tiveram origem no período Imperial - visto ser neste espaço temporal que surge a Pedagogia Hospitalar. A ideia de buscar embasamento na Medicina Higienista se deu pelo fato de ser um tema que trata da saúde e da educação, através de um processo de conscientização populacional para a formação de corpos sadios.

O nosso objeto de estudo neste trabalho é a Medicina Higienista. O recorte temporal que escolhemos vai do fim do período imperial até a República, de modo a fazer uma breve explanação sobre a Pedagogia Hospitalar no fim da República. Como metodologia, utilizaremos a pesquisa bibliográfica partindo de uma revisão de literatura.

A escolha por esse objeto seu deu pelo fato de ser um assunto que ligava a saúde à educação. Durante as leituras realizadas, pudemos constatar que, nas entrelinhas da Medicina Higienista, havia indícios de um discurso sobre a Pedagogia Hospitalar. Desse modo é que optamos por investigar alguns indícios encontrados.

O texto é dividido em três partes. A primeira tem como objetivo apresentar o processo para proclamar a República no Brasil e os seus processos históricos, ajudando a compreender como funcionava o contexto da época dentro dos fatos apresentados no decorrer do trabalho.

A segunda parte destaca a Medicina Higienista e o papel de conscientização da escola para o enquadramento dos padrões impostos de civilidade e urbanização. Por fim, a terceira parte trata da importância da França no processo civilizatório do Brasil, identificando alguns aspectos que contribuíram para a modernização do Império e, depois, da República; um desses aspectos influenciadores foi o aparecimento da Pedagogia Hospitalar no Brasil.

Na perspectiva da criação de um modelo de corpo saudável pela higienização, é apresentado também outro viés: o do corpo dentro dos moldes de higienização que estava preparado para aprender. Assim é que se instaura, aos poucos, a ideia de higiene como um dos parâmetros do processo de modernização, já no fim do período imperial.

A cultura brasileira vai sendo remodelada com a influência de outras culturas vindas da Europa, principalmente da França, as quais trazem alguns modelos de civilidade. Desse modo, o que caracteriza a prática cultural humana é a possibilidade de os indivíduos trocarem experiências nas suas relações sociais, nas suas culturas. Mesmo quando uma sociedade é colonizada por outra – como foi o caso do Brasil – há uma troca de culturas. Estas circulam e, ao circularem, deixam seus elementos em outros lugares e se apropriam de outros modelos culturais.

Diante disso, é possível perceber que a cultura faz parte da história de uma sociedade e que ajuda a entender como esta se constitui. Nesse contexto, nasce a História Cultural que é uma linha recente na pesquisa educacional.

Para entender a História Cultural, é necessário pôr em relevo o conceito de cultura.

A ideia de cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte. Como múltiplas tradições podem coexistir facilmente na mesma sociedade – laica e religiosa, masculina e feminina, da pena e da espada, e assim por diante – trabalhar com a ideia de tradição libera os historiadores culturais da suposição da unidade ou homogeneidade de uma ‘era’ (BURKE, 2005, p. 39).

Desse modo, a cultura tem significação ímpar para o processo de entendimento da história de uma sociedade ou de um determinado hábito. Sem a diversidade cultural que existe no mundo, seria impossível realizar estudos peculiares a um determinado objeto em diferentes visões culturais ou em épocas diferenciadas.

A multiplicidade de pesquisas realizadas na linha da História Cultural é uma prova de que há cultura e esta se dá, por vezes, de forma insignificante a olhos leigos, mas de muito valor quando existe um olhar apurado de um historiador-pesquisador.

Souza (1998), Nascimento (1999), Vidal (2000) e Carvalho (2003) são historiadores que tratam da História Cultural nas suas obras, apresentando a circularidade de culturas e a reformulação de uma nação mediante as influências culturais de cada região.

Nascimento (1999), através de “A cultura ocultada”, buscou identificar como acontecia a interlocução dos intelectuais brasileiros com a cultura alemã e como o racionalismo científico alemão influenciou os intelectuais pernambucanos. Carvalho (2003), na sua obra “A Escola, a República e outros ensaios”, interessou-se pela análise do discurso veiculado pela Associação Brasileira de Educação, ABE, a fim de investigar como esse discurso se pautou a partir de prática social. Souza (1998) nos “Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)” tratou sobre os grupos escolares, explicitando as mudanças que uma nova modalidade escolar implementada representou para o sistema de ensino paulista e nacional e suas implicações socioculturais no meio urbano.

Ao pensarmos num tema que envolvesse a História Cultural, imaginamos que poderia ter uma diversidade de assuntos para trabalhar, visto ser uma temática que abrange um leque de possibilidades. Um ponto, todavia, chamou a nossa atenção, pelo fato de a cultura ser constituída por hábitos e costumes cotidianos que regem a sociedade numa determinada época. Significa dizer, então, que faz parte da cultura todas as práticas que fazem o ser humano ser, sentir e agir.

Chartier (2009, p. 34) compreende a cultura como “[...] práticas comuns através das quais uma sociedade ou um indivíduo vivem e refletem sobre sua relação com o mundo, com os outros ou com eles mesmos.” Para Felgueiras (2010, p.18) a cultura se refere “[...] a formas de pensamento, ao mundo das ideias, ao imaterial expresso em formas e criações muito específicas e de grande beleza e perfeição.”

De fato, cada região é impregnada por uma cultura que lhe é própria. Isso acontece com a culinária, as danças, os ritmos, o modo de portar-se, a arquitetura, entre outros aspectos que compõem o perfil cultural. Este que tem uma origem significativa nos primórdios e que é passado de geração a geração. Para que hoje possa se conhecer a fundo uma determinada cultura, porém, é necessário buscar na história a história da cultura.

A história, por sua vez, tem o seu papel de transmissão da cultura através da descrição e narração dos fatos acontecidos. Chartier (2009) ainda acrescenta que a história é

feita por fragmentos com base nas investigações eruditas e se aproximando dos usos e costumes humanos. Desse modo, Lopes e Galvão (2001, p. 39) compreendem que a Nova História Cultural busca “alargar os objetos, as fontes e as abordagens utilizados tradicionalmente na pesquisa historiográfica”.

Pensamos que os usos e costumes humanos são também componentes da educação pelo fato de as primeiras práticas educativas de aquisição de costumes serem dadas no seio familiar onde a criança, ainda pequena, começa a aprender as primeiras lições da vida. A educação, nesse sentido, é responsável pelo conjunto de práticas que possibilitam a transmissão da cultura.

É fato que a cultura é mutável, sofrendo influência de outras regiões. Influências tais que estão conectadas à postura política e econômica de uma determinada localidade. Assim como em outras localidades, o Brasil que foi Colônia, Império e República em cada processo histórico teve seus hábitos e sua educação transformados pelo contexto de cada época.

Com o propósito de tratarmos neste trabalho sobre algumas facetas do período republicano, apresentaremos o contexto histórico da República, referindo algumas explicações ao período imperial, quando se iniciaram alguns projetos desenvolvidos na República.

1 A República no Brasil: aspectos históricos

Após 66 anos de império, em 1889 é constituída a República no Brasil. A ideia de instituir a República se dava pelo fato de o Império não mais acompanhar os avanços econômicos, políticos e sociais que a nação almejava.

A substituição da mão de obra escrava com as leis que foram instituídas em favor dos escravos, como a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea, apresentava o contexto social de liberdade dos escravos com o déficit de mão de obra para os trabalhos realizados por eles.

Quanto à visão econômica, encontrava-se, à época, o café como carro chefe da economia no final do Império. No entanto, as inovações tecnológicas para a produção desse produto ficavam, cada vez mais, especializadas, o que se contrapunha às velhas ideias de modernização que o Império ainda defendia. Tudo isso gerava choques de interesse entre os velhos “barões do café” e a aristocracia paulista: local conhecido como maior produtor de café.

Diferente dos “barões do café” das zonas fluminenses e do Vale do Paraíba, presos às velhas e arcaicas formas de produção escravista, a nova aristocracia paulista introduziu o trabalho assalariado em suas fazendas, substituindo a mão de obra escrava.

As divergências políticas incompatibilizavam as duas elites cafeeiras, pois, enquanto os velhos “barões do café” e a decadente aristocracia açucareira manipulavam o poder, a aristocracia paulista aspirava ao comando político, já que São Paulo sustentava, em grande parte, a economia do país.

'Brasil é café. Café é São Paulo. Logo, São Paulo é Brasil', pensava-se, e esse pensamento justificava as pretensões políticas dos paulistas. Para os aristocratas de São Paulo o governo central tinha de atender às necessidades da lavoura cafeeira em expansão, incrementar a imigração, acabar com a escravidão e financiar alguns empreendimentos paulistas como a construção de ferrovias etc.

Não era apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro que as novas ideias e fórmulas modernizantes se contrapunham às velhas; isso ocorria em todo o país. Nas zonas canavieiras, por exemplo, tornavam-se cada vez mais sensíveis as diferenças entre os modernos usineiros, responsáveis pela modernização no fabrico do açúcar, e os velhos senhores de engenho, que, empobrecidos, não tinham condições de modernizar a produção (SILVA, 1992, p. 176).

Desde 1817, já havia indícios da luta pela Proclamação da República com a Inconfidência Mineira, Conjuração Bahiana, Revolução Pernambucana, Confederação do Equador, Sabinada, Guerra dos Farrapos e a Revolução Praieira. Todavia, é somente em 1870 que o movimento para tornar o Brasil uma República vem a ser efetivado através da criação do Partido Republicano.

Com os ideais de um partido que rompia com as tradições monarquistas, os republicanos se dividiam em duas correntes: a evolucionista e a revolucionária. A primeira defendia as eleições livres como um meio de desgastar e, assim, fazer cair o regime monárquico; já a segunda lutava por uma revolução popular para implantar o regime republicano. A Proclamação da República, contudo, aconteceu diferente dessas duas formas: sem lutas e sem a participação do povo (SILVA, 1992).

A República durou até 1929 e teve como presidentes até esse período Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1891), Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Morais (1894-1898), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910), Hermes da Fonseca (1910-1914), Venceslau Braz (1914-1918), Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930).

A presidência de Rodrigues Alves destaca o processo de modernização e saneamento no Brasil. Silva (1992) aponta o Rio de Janeiro como o Estado modelo de todo esse processo, visto que o país encontrava-se equilibrado financeiramente graças ao crédito internacional do governo de Campos Sales.

O equilíbrio financeiro foi o motivo de novos empréstimos para a construção de obras públicas: portos, estrada de ferro, ferrovias, remodelação arquitetônica de algumas faculdades, entre outras obras realizadas no país. A cidade do Rio de Janeiro foi a principal obra, uma vez que estava totalmente fora dos padrões de modernização que a Medicina Higienista propunha:

Com o auxílio do prefeito Pereira Passos, o presidente modernizou a capital federal, até então cheia de becos e vielas sujos e estreitos e em cujas ruas proliferavam o lixo e a sujeira.

O lixo acumulado e apodrecido no porto e nas ruelas malcheirosas era foco de ratos e mosquitos transmissores de doenças então fatais, como, por exemplo, a peste bubônica, a febre amarela e a varíola, que matavam anualmente milhares de pessoas.

O alargamento e a abertura de ruas, praças e avenidas, o saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, a remoção dos cemitérios da região central para a periferia, a melhoria no abastecimento de águas, a construção de um cais para impedir que as praias fossem invadidas pelos mangues, o surgimento de novos bairros como Copacabana, a proibição de mendigos e bandos de vacas de perambularem pelas ruas da cidade para não sujarem os logradouros públicos, a melhoria do serviço de limpeza pública, a extinção de cães vadios etc. foram algumas das obras que transformaram a cidade do Rio de Janeiro numa atração internacional (SILVA, 1992, p. 211-212).

Nesse mesmo governo, Osvaldo Cruz - diretor da saúde pública e responsável pelo saneamento da cidade - criou medidas para evitar a sujeira e os animais que circulavam pela cidade e transmitiam doenças. Junto com a iniciativa de sanear e urbanizar a República, Osvaldo Cruz instituiu a vacinação obrigatória contra a varíola.

A vacinação obrigatória causou ainda mais descontentamento entre as classes mais baixas visto que, depois da urbanização do Rio, as elites tinham casas luxuosas, e os que moravam nos cortiços e casebres destruídos para a construção das obras suntuosas não tinham nem onde morar. Esta foi a causa de resistência e negação para tomar a vacina, resultando na Revolta da Vacina, que aconteceu em 1904 e teve como consequência muitos mortos, presos e deportados pela vitória das tropas do presidente.

Nessa perspectiva, pode-se evidenciar a importância da urbanização e saneamento no Brasil de modo que contribuiu para a diminuição de doenças e, conseqüentemente, de mortes; possibilitou o desenvolvimento da República, tornando-se um atrativo internacional.

Como sempre há um câmbio de culturas entre diversas regiões, pode-se constatar que a ideia da modernização e do saneamento desde o período imperial fez parte da influência europeia que já havia realizado esse mesmo projeto com os países de lá.

É também no Rio de Janeiro, durante o final do Império, que Oliveira (2010) apresenta em sua obra "Leituras do Sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império" Sarah Kalley, escritora inglesa que residiu no Brasil no período citado. Nessa época, a higiene já era apresentada como uma prática a ser seguida por todos, independentemente de suas classes sociais. Nessa perspectiva, ensinava-se ao povo como cuidar da higiene da casa e da higiene pessoal de forma didática, aproximando o hábito da higiene com os cinco sentidos.

É válido perceber que o uso de objetos da cultura material para explicar o procedimento de limpeza nos cômodos da casa, com os utensílios da cozinha e os alimentos preparados, assim como a arrumação da casa no sentido de mantê-la sempre arejada, evitava a disseminação de doenças e possibilitava cheiros agradáveis.

Era necessário educar o tato para não tocar em coisas contaminadas; refinar o paladar para selecionar o alimento puro; aguçar o olfato para não ter contato com os cheiros podres, enfim, era urgente sanear as sensibilidades.

Os seres microcorporales, a invasão dos infinitamente pequenos, a contaminação da pele, tudo contribuiu para mudar a relação do sujeito com o seu próprio corpo e o banho é uma dessas mudanças cotidianas, pois é visto pelos higienistas como uma prática que diminui de

maneira acentuada o número de micróbios na pele. Mediante muitas instituições e práticas, a concepção do corpo limpo pela água é aprendida e interiorizada, torna-se quase natural (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

2 A Medicina Higienista: traços da civilização na República

Diante da circularidade cultural, foi possível a influência da Europa na jovem nação que tinha por volta de 400 anos de descoberta. Dessa maneira, muitos traços culturais europeus, começaram a circular nas terras do Brasil.

Para Nascimento (1999), um dos motivos da circulação europeia no Estado Brasileiro foi a substituição de mão de obra escrava com o objetivo de diminuir a influência negra nos aspectos político e social. Foi assim que, no fim do período imperial, houve um grande desejo de civilizar a nação, inserindo novos moldes nacionais típicos da França, Inglaterra e Alemanha: os três países que influenciaram a cultura brasileira de modo significativo.

O Romantismo influenciou diretamente no comportamento e nos hábitos familiares, à medida que os projetos hegemônicos, que durante todo aquele século foram sustentados pela Inglaterra, pela França e pela Alemanha, fizeram com que o intenso comércio entre o Brasil e essas nações levasse o estabelecimento de símbolos claros de seu status social do período. Assim, o piano inglês se consolidou nas primeiras décadas do século passado como um importante elemento de demonstração da importância social do seu proprietário, da mesma maneira que os jantares elegantes de então, nos quais era recomendável servir-se o presunto inglês da marca York. Era hábito das famílias mais ricas fazerem viagens de férias à Europa, viajando em navios a vapor de passageiros, cujas linhas eram mantidas inicialmente por companhias inglesas e consultar-se com médicos franceses (NASCIMENTO, 1999, p. 63).

É visível a presença cultural e intelectual dos países citados de modo a influenciar a educação, a arquitetura, o investimento econômico, entre outros setores, desenvolvendo padrões civilizatórios nos indivíduos.

A criação dos bancos do Brasil, Rural e Hipotecário, a inauguração da primeira linha telégrafo do Rio de Janeiro, assim como estradas de ferro que começavam a funcionar na metade do século XIX foram indícios do processo de urbanização ainda no período imperial.

A necessidade de implantar a higiene no processo de modernidade do Estado Nacional devia-se ao fato de evitar a transmissão de doenças causadas pela sujeira, com o asseio do espaço físico onde se habitava e com os arredores da cidade limpos. A falta de higiene era visível em todas as classes sociais, no entanto, os mais pobres chamavam mais atenção pela ausência de limpeza, visto as instalações precárias onde moravam.

Da mesma maneira que alheia ao discurso acerca da modernidade estava a imensa massa de pobres que residia não apenas nas grandes cidades, mas também em todo o interior do Brasil. A maior parte de uma população que não tinha acesso à moradia digna, vivendo em condições sub-humanas e sem a mínima possibilidade de hábitos de higiene e

hábitos alimentares adequados. Muitas dessas pessoas integrantes do enorme exército de mendigos que se espalhava por todo o país. (NASCIMENTO, 1999, p. 61).

A realidade em São Paulo não era diferente. No período de transição do Brasil Império para o Brasil República, Rosa Fátima de Souza traz o seu estudo acerca dos grupos escolares, apresentando o contexto no qual se encontravam as condições de higiene relacionada com a educação. Quanto ao grupo escolar de Ribeirão Preto, a autora constatou:

O interior era insalubre. As epidemias de doenças infectocontagiosas – febre amarela, tifo, tuberculose – grassaram na capital e vários municípios do interior nessa época, retrato da pobreza e miséria gerada pela opulência do café. As ruas de Rio Claro não eram calçadas em 1896, a luz elétrica era deficiente, a rede de água encanada estava em construção desde o ano anterior e não havia rede de esgoto. Por toda parte assombrava o perigo de doenças e infecções. A escola, espaço de encontro coletivo, vivia ameaçada, sendo comum o fechamento por algumas semanas e, às vezes, meses, em virtude do aparecimento de algum tipo de doença entre os alunos ou nas proximidades da mesma. Em São Simão e Ribeirão Preto ocorreram os últimos surtos de epidemia de febre amarela no Estado de São Paulo, por volta de 1903- 1904 (SOUZA, 1998, p. 97).

Na Província de Sergipe, a realidade da pobreza não era diferente no século XIX: muitos alunos eram considerados pobres e não tinham condições de ir calçados ou com a camisa utilizada para a escola. O presidente Manuel Ribeiro, não conhecendo a situação econômica, ordenou aos professores que somente permitissem os alunos frequentarem as aulas, com decência, asseados e alinhados (NUNES, 2008).

A falta de higiene que, desde o início da colonização, foi constituída como um hábito entrou em choque com as inovações de costumes que assolavam o período imperial. É certo que, para o início de um período moderno com a estada da família real no Brasil, era necessário que os habitantes que ali viviam mudassem seu estilo de vida. Isso se dava pelas novas construções, assim como pelo calçamento que as ruas começavam a receber. Dessa forma, era preciso uma organização nos padrões de higiene e no saneamento para fazer valer a modernização civil.

Sabe-se que para mudar um comportamento é preciso conscientizar os sujeitos da importância do novo. Esse processo de conscientização para ensinar o novo surge dos princípios educacionais. Ou seja, o espaço de transmissão de saberes socioculturais é a escola. Desde a colonização e, principalmente, entre os séculos XIX e XX, era possível constatar esse papel da escola, ensinando as primeiras noções de higiene. Assim, a Medicina Higienista surge num momento histórico no qual os médicos da época buscavam educar a sociedade através de hábitos de higiene que antes não havia. Os médicos aproveitam espaços públicos para desempenhar esse processo educativo; um deles era a escola, como pode ser constatado:

As escolas primárias desempenharam na vida urbana um importante papel social e cultural. É assim, por exemplo, que elas auxiliaram o serviço sanitário exigindo a vacinação e tornando-a obrigatória, participando na escalada de intervenção das políticas de saúde pública no combate das epidemias que assolavam as cidades nesse período. Participaram, também, dos projetos de higienização dos espaços urbanos, não apenas ensinando aos

alunos noções de higiene como exigindo o asseio e as normas de urbanidade e civilidade (SOUZA, 1998, p. 116).

À mulher era dedicada a tarefa do cuidado com a casa e com os filhos. Era ela a responsável pelo asseio do lar, da família e dela própria. Cabia-lhe, primeiramente, o hábito da higiene consigo quanto a banhos, uso de roupas limpas e frescas, cabelos soltos e arrumados com bom cheiro, unhas cortadas.

Não foi somente a imagem feminina que vigorou durante o período de desenvolvimento da modernidade do Brasil como Estado Nação. O investimento da arquitetura favoreceu para a urbanização das províncias brasileiras. Foi grande a mudança das estruturas arquitetônicas que davam espaço a construções inovadoras com características europeias. Prova dessa efervescência urbana do século XIX é uma das passagens que faz referência à modernização de Pernambuco.

A discussão em torno do espaço urbano preocupava as elites de várias regiões. Na segunda metade do século passado, depois de ter sido senador do Império, o Presidente da Província de Pernambuco, Herculano Bandeira de Melo, centrou a ação do seu governo basicamente em duas obras: a modernização do Porto do Recife e a construção dos serviços de esgotos da cidade, num momento em que Pernambuco desfrutava de grande prestígio político no cenário nacional e podia dispor de verbas abundantes (NASCIMENTO, 1999, p. 43).

Em Sergipe, os traços da modernização foram identificados no começo do século XX, com a construção de prédios aparentando palacetes, centros de diversões que comportavam, entre outros espaços, o cinema aracajuano inaugurado em 1909. As obras de infraestrutura também começaram a surgir a partir de 1908, com a água encanada; 1913, com a implantação da energia elétrica e, em 1914, com a rede de esgotos (NUNES, 2008).

É assim que a República passa a ser vista: como um período moderno, com pessoas limpas, com ordem, e disciplinadas. Esses também foram os requisitos para uma boa organização escolar na época, contendo gestos, instintos e emoções das crianças que estavam na escola. Pode-se considerar, então, que todo o estado de liberdade do homem com hábitos “selvagens” passa a ser podado, de modo a enquadrar-se nas representações culturais formuladas na época.

O asseio e a decência constituíam, na República, valores morais que estavam relacionados ao corpo como um instrumento de expressão dessas representações culturais. Para Souza (1998), a higiene era o fio norteador entre o asseio e a decência, uma vez que com a higiene era produzida a ideia de corpo moral. A decência era um resultado do asseio, visto que a apresentação de uma pessoa com as unhas mal cortadas, ou com os cabelos compridos e descuidados, era um sinal de desleixo.

Faria Filho (2000) destaca a importância da saúde para aprender. Assim, aponta a falta de estruturas sem higiene e espaço para fazer acontecer a educação infantil. A preocupação dos higienistas tratava da incoerência do Estado que disseminava a necessidade de higiene para a modernização e, ao mesmo tempo, mantinha instalações escolares críticas.

Os higienistas, conhecendo os espaços da escola que eram adaptados e desaprovando suas instalações, vão influenciar na decisão de criar um espaço próprio para a

instituição escolar, como as características que são necessárias para o desenvolvimento da criança saudável. Assim, com a educação nos moldes da saúde e para a saúde seria possível formar alunos nos moldes da civilidade da República. “No discurso cívico da ABE, a figura de um brasileiro doente e indolente, apático e degenerado, alegoriza os males do país. Transformar essa espécie de Jeca Tatu em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo era o que se esperava da escola” (CARVALHO, 2003, p. 63).

Para que houvesse sucesso na educação do currículo e na conscientização dos procedimentos higiênicos, era necessário que a escola fosse um “laboratório” de aprendizagem. “A concepção de ensino laborial avançava a atividade da escola e das pessoas que envolvia para além da mera observação. Experimentar era a nova meta no universo escolar” (VIDAL, 2000, p. 503). Fica explícito que aprender fazendo é próprio das teorias educacionais da época, advindas da Europa com a Escola Ativa. No Brasil, essa ideia foi aprimorada por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, pioneiros do Movimento Escola Nova.

Foi assim que nas salas de aula começaram a ser utilizados objetos para que as crianças aprendessem também com a prática.

Além de materiais indispensáveis às funções do ensino, o mobiliário revela determinados hábitos e costumes sociais que se quer disseminar nos alunos, especialmente os objetos relacionados à manutenção da limpeza e higiene: bacias, limpa-pés, lavatórios, escarradeiras. Foi assim que a escola primária contribuiu para desenvolver hábitos de civilidade e urbanidade (SOUZA, 1998, p. 143).

Na década de 20, a saúde nos moldes da higiene foi uma das iniciativas da Associação Brasileira de Educação – ABE – pelo fato de se acreditar que era por meio da educação que poderia mudar a sociedade. Nesse sentido, o discurso da ABE voltava-se para a construção de corpos saudáveis como forma de deter maus hábitos e comportamentos. Junto com essa ideia está o funcionalismo da ginástica que, para Rousseau (2004), estava ligada a corpos sadios com músculos enrijecidos. Isso significava que com a musculatura enrijecida haveria obediência, disciplinamento e bom caráter, o que refletia no bom enquadramento aos padrões legais daquela década.

Carvalho (2003), ao apresentar e analisar um viés histórico da ABE, aponta os trâmites educacionais da República, com seus documentos e os processos históricos pelos quais passava a educação no Brasil. Percebe-se que a década de 20 foi marcada também pela preocupação com a saúde. Dessa vez, ainda mais relacionado com um novo aspecto da saúde que estava também voltada para o fortalecimento dos corpos.

A formação de hábitos saudáveis era objeto de atenções especiais. A saúde não era somente um dos temas preferidos das preleções cívicas nas festividades, como também objeto de celebração em inúmeras competições esportivas oferecidas em espetáculos como modelos exemplares de comportamento. O esporte e a vida saudável simbolizavam a energia, o vigor, a força, a operosidade, signos de progresso inscritos no corpo que conhece o movimento adequado e útil para cada ato. Preceitos de higiene eram divulgados em palestras e folhetos ou constituídos, ainda, pelo incentivo à organização de Pelotões de Saúde, em preceitos cívicos de bom comportamento (CARVALHO, 2003, p. 63).

No Brasil, a influência da medicina higienista foi um grande contributo para o desenvolvimento do econômico, social, político e intelectual, pois passou a ser uma atração turística internacional, combateu doenças contagiosas pela falta de higiene o que, conseqüentemente, provocou bem-estar para todos os que tinham moradia aqui. Isso gerou também menos mortes e mais tempo de vida, constituindo uma quantidade de mão de obra estável para o país.

Assim como as ideias sobre higiene foram uma influência francesa, vale ressaltar que a ginástica também surgiu na França. Nessa perspectiva, é fundamental conhecer a influência que a França produziu para a cultura brasileira na arquitetura, cultura, educação e saúde.

3 Influência francesa para a instituição da Pedagogia Hospitalar

A França foi um país que muito contribuiu para o desenvolvimento do Brasil, principalmente nos períodos históricos da Monarquia e da República. Tratava-se de trazer as ideias, costumes, inovações que transitavam pela cultura nas trocas de influência.

O ideal iluminista francês foi um marco que revolucionou o mundo e que depositou também no Brasil as suas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade. Prova disso foi a Inconfidência Mineira, em 1789, liderada por Tiradentes que lutava por esses ideais para constituir uma República: esse fato foi um indicio para que, tempos depois, começasse a luta para a proclamação da República.

As noções de higiene que começaram a ser divulgadas pelos médicos higienistas, no final do Império, tiveram como ideias pioneiras sobre civilização e limpeza aquelas já utilizadas na França. Pode-se perceber que esse país teve uma importância significativa no processo de modernização e para urbanizar a Monarquia daquele período.

Segundo nos mostra Nascimento (1999) as ideias sobre higiene foram uma influência francesa:

A França foi o berço da mais influente de todas as sociedades de corte que se conhece. País mais poderoso à época das sociedades de corte, as maneiras e a linguagem refinadas que distinguiam as camadas superiores francesas das inferiores foram copiadas pela aristocracia absolutista de outros países. A etiqueta francesa oferecia instrumentos de hierarquia social bem visíveis e fazia todos conscientes de sua posição nessa escala de valores. Assim é que, em toda a Europa, os franceses moldaram, além da linguagem, o gosto pela leitura e aspectos do estilo de vida como o vestuário e os hábitos alimentares (NASCIMENTO, 1999, p. 110).

A educação também era provida pelas ideias e indicações francesas. A utilização de compêndios e livros de autores da França no ensino das Escolas Normais, no início da República, foi um dos meios que se encontrou para difundir um pensamento ao nível da modernização que se buscava. Desse modo, não só os livros eram adotados para o uso nas Escolas Normais, como também os métodos de ensino para a educação infantil e os materiais necessários para colocar em prática esses métodos (SOUZA, 1998).

O comprometimento com a civilização da França em outros países resultou num processo que influenciou não só o Brasil, como também outros países da América Latina:

Efetivamente, apesar de toda essa influência francesa no Brasil e da influência anteriormente recebida, havia algo que afrancesava aceleradamente a nossa cultura, assim como a de vários países da América Latina e de outras regiões do planeta: a expansão hegemônica da França e a tarefa 'civilizatória' de todos os povos que o projeto imperialista dos franceses lhes impusera. A cultura, a ciência e a técnica da França eram incorporadas sob todos os meios (NASCIMENTO, 1999, p.107).

No início do século XX, surge na Europa o Movimento da Escola Ativa organizado por teóricos da educação. Esse movimento apresenta um método de ensino que partia do pressuposto de que a criança aprendia com mais facilidade uma teoria quando manuseava objetos para chegar à conclusão daquela teoria. Assim, com a prática, era mais fácil entender o conteúdo ministrado; por isso o nome Escola Ativa.

É notável a importância da Europa para a Educação Especial. Pois muitos dos estudos feitos eram realizados com crianças deficientes intelectuais que viviam hospitalizadas. Maria Montessori foi uma das médicas que realizava esses estudos. Seu trabalho é conhecido pelo material dourado que aplicava para as crianças com desenvolvimento intelectual abaixo da média considerada normal, apresentando resultados satisfatórios no desempenho.

Ainda na perspectiva da Educação Especial, encontra-se a Pedagogia Hospitalar que surge na França por Henry Sellier. A Pedagogia Hospitalar foi uma resposta social às crianças e adolescentes europeus que tiveram seus corpos mutilados durante a Primeira Guerra Mundial e, para manter o equilíbrio da sociedade sem impactos, eram obrigados a morar distantes da cidade.

Pedagogia Hospitalar seria um conceito diferenciado da Pedagogia Tradicional, uma vez que se dá em ambiente hospitalar e que busca, além do conhecimento curricular, construir conhecimentos sobre esse novo contexto de aprendizagem e criar situações que estimulem uma melhora na qualidade de vida desse aluno-paciente através de atividades que ensinem o indivíduo a “ser” e a “conviver” com a doença e com o outro. Como se evidencia abaixo:

A Pedagogia Hospitalar, por suas peculiaridades e características, situa-se numa inter-relação, entre os profissionais da equipe médica e a educação. Tanto pelos conteúdos da educação formal, como para a saúde e para a vida, como pelo modo de trazer continuidade do processo a que estava inserida de forma diferenciada e transitória a cada enfermo (MATOS & MUGIATTI, 2006, p.37).

Para dar continuidade à educação dessas crianças, um professor ia para esses espaços onde moravam, para poder ao menos alfabetizá-las, estabelecendo com elas um papel de mediador social. Ao ser oficializado na França esse cargo, no ano de 1935, o professor passa a trabalhar diretamente no hospital onde tem e mesma função da sala de aula convencional, estimulando a criança nos processos de desenvolvimento e aprendizagem e possibilitando o contato da criança hospitalizada com o seu cotidiano educacional, através de atividades feitas por ela quando estava em pleno estado de saúde.

Vale ressaltar, quanto ao surgimento da Pedagogia Hospitalar e ao trabalho com as atividades lúdicas, que embora o cargo de pedagogo hospitalar tivesse se constituído em 1935, em 1919 já havia indícios da prática de atividades lúdicas que serviam apenas para combate ao ócio, sendo realizadas por prisioneiros atendidos pela Cruz Vermelha. Algumas imagens capturadas por uma de nós revelam tal evidência em duas legendas. Uma com a legenda “cloth snake made by prisoners [with inscription]. Glass beads, thread. United Kindom, 1919.” que significa cobra de miçangas de vidro feitas pelos prisioneiros [com inscrição]. E a outra “miniature tea service made by prisoners. Fish bones, glass, cotton. Europe, First World War.”, Miniatura de serviço de chá feita pelos prisioneiros com ossos de peixe, vidro e algodão na 1ª Guerra Mundial; como pode ser observado nas descrições abaixo:

Figura 1 - Legenda de uma cobra feita pelos prisioneiros

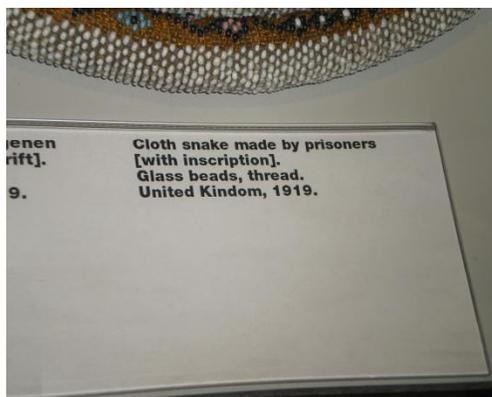


Foto: Myrian Soares de Moraes

Figura 2 - Legenda de uma miniatura de chá

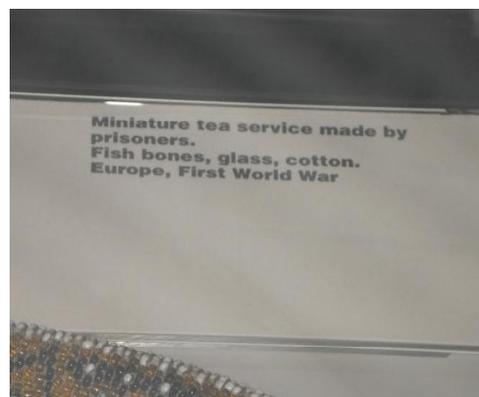


Foto: Myrian Soares de Moraes

No Brasil, essa realidade chega em 1950 ao Rio de Janeiro. O hospital geral Jesus recebe a pedagoga Lecy Rittmeyer através da Portaria nº 634, atendendo a reiterados pedidos do diretor da época David Pillar (AROSA e SCHILKE, 2008).

Dois autores brasileiros da História da Educação apontam indícios da Pedagogia Hospitalar. Nascimento (1999), ao criticar o trabalho de Clarice Nunes, aponta o início do trabalho com medidas e análise psicológicas no Rio. Tal fato pode contribuir para um possível processo de escolarização no hospital, já que a atividade do pedagogo hospitalar parte de princípios psicológicos quanto ao desenvolvimento e aprendizagem infantil.

Souza (1998) parte de outro olhar: observa a rotina da criança que é quebrada para se submeter à hospitalização, e a questão das epidemias que também foram um dos maiores motivos que consolidaram a presença do pedagogo no hospital:

Quebrando o ritmo do calendário, outras interrupções de motivações sociais marcavam a cadência do ir e não ir à escola. Entre elas destacam-se frequentes epidemias de febre de mau caráter, varíola, entre outras moléstias que assolavam as populações da capital e do interior do Estado (SOUZA, 1998, p. 218).

Considerações Finais

Diante do exposto, foi possível considerar o tempo que a Medicina Higienista gastou para implantar um novo modelo de civilidade no Brasil. Desde o fim do Império, já havia diversos discursos sobre a importância de implantar a higiene como um recurso de saúde geral da nação.

A falta de conhecimento ainda era uma realidade no início da República. Esse fato garantiu à escola a transmissão de um processo de conscientização de modo que, como transmissora de cultura, a escola precisava ensinar hábitos ao nível da sua época concomitante à modernização.

A influência dos médicos higienistas foi de grande relevância para o processo civilizatório do Brasil visto as melhorias com relação à saúde e à urbanização que causou para o Estado Nação. Soma-se a isso a ideia dos corpos disciplinados que também partiu dos princípios higienistas, uma vez que fazia parte desse processo o disciplinamento aos padrões morais e cívicos.

Logo, a Medicina Higienista na República brasileira foi um estágio de nova adaptação ao tempo em que os governantes precisavam fazer valer essas ideias como uma forma de exemplo, pois eram visíveis incoerências entre o discurso higienista e a prática. Isso acontecia com as estruturas escolares que se encontravam totalmente fora dos padrões indicados pelos higienistas, assim como as condições sociais de muitos que não permitiam fardamentos completos.

A influência dos países europeus foi significativa para a modernização do Brasil. A França teve destaque no processo civilizatório no que se refere à transmissão de saberes sobre a Medicina Higienista. É fato que sua colaboração para a cultura brasileira, como para outras culturas, foi essencial no processo civilizatório.

Desde a arquitetura até a educação, a França contribuiu com algumas invenções, métodos de ensino, material didático, vestimentas, boas maneiras. Toda essa influência se dava pelo fato de a França ser um dos países mais estimados do mundo, de modo que tudo de boa qualidade vinha de lá, inclusive os médicos.

Assim, no contexto da Medicina é que surgem algumas técnicas desenvolvidas dentro da Educação Especial. A Pedagogia Hospitalar foi uma dessas ramificações que surgiu na França e que logo foi difundida no Brasil com alguns indícios de sua prática.

Portanto, podemos concluir que a Medicina Higienista favoreceu a modernização do Brasil desde a sua Monarquia até chegar a República, auxiliando no processo de urbanização e de civilidade, de modo a contribuir para uma nação dentro dos moldes nacionais. Assim, o Brasil teve a oportunidade, graças às influências estrangeiras, de se constituir um templo de civilização.

Referências

- AROSA, Armando G.; SCHILKE, Ana Lúcia. O hospital e a escola no hospital. In: **Quando a escola é no hospital**. Niterói: Intertexto, 2008.
- BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____. **A escola, a República e outros ensaios**. Bragança Paulista:EDUSF, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Eds.). **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e Autores, 2010, p. 17-32.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante o século XIX**. Londrina: UEL, 1999.
- NUNES, Maria Thetis. **A história da educação em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império**. Campina Grande: UFGC, 2010.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil: Colônia, Império, República**. São Paulo: Moderna, 1992.
- SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.